

**TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO
GONÇALVES - BALSAS - SPE S.A.**

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2021
Com o relatório do auditor independente

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras... | 03 |
| Balancos patrimoniais..... | 06 |
| Demonstrações dos resultados | 07 |
| Demonstrações dos resultados abrangentes..... | 08 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 09 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa..... | 10 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras..... | 11 |

Relatório do Auditor Independente

Administradores e Acionistas da
Transmissora de Energia Ribeiro Gonçalves – Balsas - SPE S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Transmissora de Energia Ribeiro Gonçalves – Balsas - SPE S.A. (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2022.



LCC AUDITORES INDEPENDENTES
CRC N° 2SP029650/O-4

Marcello Lopes dos Santos
CRC N° 1SP188429/O-2

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
(Expressos em milhares de reais – R\$)

| | <u>Nota</u> | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|--|-------------|---------------------|---------------------|
| Ativo | | | |
| Ativo circulante | | | |
| Caixa e /equivalentes de caixa | 4 | <u>1</u> | <u>12</u> |
| | | 1 | 12 |
| Ativo não circulante | | | |
| Ativo contratual da concessão | 5 | <u>6.294</u> | <u>3.263</u> |
| | | 6.294 | 3.263 |
| Total do ativo | | <u>6.295</u> | <u>3.275</u> |
| Passivo | | | |
| Passivo circulante | | | |
| Fornecedores | 6 | 334 | 417 |
| Obrigações tributárias | 7 | 1 | 11 |
| Outras contas a pagar | 8 | <u>271</u> | <u>70</u> |
| | | 606 | 498 |
| Não circulante | | | |
| Impostos e contribuições diferidos | 9 | <u>364</u> | <u>180</u> |
| | | 364 | 180 |
| Patrimônio líquido | | | |
| Capital social | 10.1 | 4.273 | 2.433 |
| Reserva legal | 10.2 | 52 | - |
| Reserva de lucros a realizar | 10.3 | <u>1.000</u> | <u>164</u> |
| | | 5.325 | 2.597 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | <u>6.295</u> | <u>3.275</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro
(Expressos em milhares de reais – R\$)

| | Nota | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|-------------|------------------------------|----------------------------|
| Receita operacional líquida | 11 | 2.920 | 2.735 |
| Custo dos serviços de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção | 12 | (1.844) | (2.429) |
| Lucro bruto | | 1.076 | 306 |
| (Despesas)/receitas operacionais Gerais e administrativas | 12 | (111) (111) | (81) (81) |
| Resultado operacional | | 965 | 225 |
| Resultado financeiro, líquido | 13 | | |
| Receitas Financeiras | | - | - |
| Despesas financeiras | | (4) | (4) |
| | | (4) | (4) |
| Lucro antes do IRPJ e CSLL | | 961 | 221 |
| IRPJ e CSLL corrente | | - | - |
| IRPJ e CSLL diferido | 14 | (73) | (67) |
| Lucro / (Prejuízo) do exercício | | 888 | 154 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro
(Expressos em milhares de reais – R\$)

| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Lucro (prejuízo) do exercício | 888 | 154 |
| Outros resultados abrangentes | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Total do resultado abrangente do exercício | <u>888</u> | <u>154</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
(Expressos em milhares de reais – R\$)

| | Capital social | Adiantamento para futuro aumento de capital | Reservas de lucro | | Lucros acumulados | Total |
|---|----------------|---|-------------------|------------------------------|-------------------|--------------|
| | | | Reserva legal | Reserva de lucros a realizar | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 400 | - | - | 10 | - | 410 |
| Aumento de Capital | 2.033 | - | - | - | - | 2.033 |
| Lucro do exercício | - | - | - | - | 154 | 154 |
| Destinação do lucro do exercício | | | | | | |
| Reserva de lucro a realizar | - | - | - | 154 | (154) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 2.433 | - | - | 164 | - | 2.597 |
| Aumento de Capital | 1.840 | - | - | - | - | 1.840 |
| Lucro do exercício | - | - | - | - | 888 | 888 |
| Destinação do lucro acumulado | | | | | | |
| Constituição da reserva legal | - | - | 44 | - | (44) | - |
| Reserva de lucro a realizar | - | - | - | 844 | (844) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 4.273 | - | 44 | 1.008 | - | 5.325 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro
(Expressos em milhares de reais – R\$)

| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro líquido (Prejuízo) do exercício | 888 | 154 |
| Ajuste do ativo contratual | | |
| Atualização do Ativo Contratual | (361) | (132) |
| Margem de construção do Ativo Contratual | (826) | (278) |
| Pis e Cofins corrente e diferido | 111 | 104 |
| IRPJ e CSLL corrente e diferido | 74 | 67 |
| | <u>(114)</u> | <u>(85)</u> |
| Aumento/(diminuição) nos passivos | | |
| Fornecedores | (85) | 410 |
| Obrigações tributárias | (10) | 11 |
| Partes relacionadas | - | - |
| Impostos e contribuições diferidos | - | - |
| Outras contas a pagar | 202 | 70 |
| | <u>107</u> | <u>491</u> |
| Caixa líquido gerado (aplicado) em atividade operacional | <u>(7)</u> | <u>406</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | |
| Ativo contratual da concessão | (1.844) | (2.429) |
| Adições (reversão) do ativo imobilizado/intangível | - | - |
| Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimentos | <u>(1.844)</u> | <u>(2.429)</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | |
| Aumento de capital | 1.840 | 2.033 |
| Caixa líquido gerado em atividades de financiamento | <u>1.840</u> | <u>2.033</u> |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | <u>(11)</u> | <u>10</u> |
| Caixa e equivalentes no início do exercício | 12 | 2 |
| Caixa e equivalentes no fim do exercício | 1 | 12 |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | <u>(11)</u> | <u>10</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Transmissora de Energia Ribeiro Gonçalves Balsas SPE S.A. “Ribalsas” é uma Sociedade de capital fechado, cujo objeto social único e exclusivo é a prestação de serviços públicos de transmissão de Energia Elétrica, incluindo a Construção, Operação e Manutenção das Instalações de Transmissão do Sistema Interligado Nacional. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Sociedade encontra-se em fase pré-operacional, tem prazo de duração determinado, perdurando, desta forma, até a consecução de seu objeto social e pelo prazo necessário para o cumprimento integral das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão Administrativa, celebrado com a União por intermédio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Efeitos COVID-19

Desde o início da crise decorrente da pandemia do COVID-19, a Companhia vem adotando série de medidas com vistas a preservação de seus colaboradores, bem como minimizar quaisquer impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. Dentre as ações aplicadas estão:

Na parte Corporativa:

- Criação de Comitê de Crise com a presença dos Diretores e Gerentes;
- Criação do Comitê de Gestão de Fornecedores, para garantir a continuidade da operação e andamento das obras;
- Comunicação frequente e atualizada para os colaboradores e seus parentes sobre o novo Coronavírus;
- Adoção de home office (exceto para operação e manutenção – plano contingencial)
- Cancelamento de viagens (exceto projetos em construção e atividades operacionais) e substituição por videoconferências;
- Cancelamento de participação em eventos;

Na parte dos projetos em construções:

- Recebimento de notificações de empresas terceirizadas relatando dificuldades em manter ritmo de trabalho nas obras;
- Utilização dos Decretos Federais 10.282/20 e 10.292/20 – vedam a restrição de circulação de trabalhadores que possa afetar serviços públicos essenciais para realização das obras.

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1.1. Da concessão

A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

| | |
|--------------------------------------|---------|
| Contrato | 27/2018 |
| Prazo (anos) | 30 anos |
| Vencimento | 2048 |
| Revisão tarifa periódica – (prazo) | 5 anos |
| Revisão tarifa periódica – (próxima) | 2023 |
| Índice de correção | IPCA |
| Receita anual permitida (RAP) | |
| R\$ mil | 6.751 |
| Mês base | 07/2021 |

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 27/2018 - ANEEL, datado de 20 de setembro de 2018, celebrado com a União, por intermédio da ANEEL- Agência Nacional de Energia Elétrica decorrente do Edital do Leilão N° 27/2018 ANEEL, processo N°48500.006438/2017 e de seus eventuais aditamentos e/ou prorrogações, outorgou à Sociedade, a concessão dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na instalação de transmissão no estado de São Paulo, composta pelo segundo circuito da Linha de Transmissão Ribeiro Gonçalves-Balsas, de 230 kV, circuito simples, com origem na Subestação Ribeiro Gonçalves e término na Subestação Balsas, com 95 km de extensão, composto por conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, em cumprimento ao Contrato de Concessão de Concessão.

A “Ribalsas” deverá disponibilizar as instalações de transmissão para início das operações em 21 de janeiro 2023, conforme previsto no Contrato de Concessão já adicionado 4 meses de postergação no prazo regulatório conforme resolução autorizativa de nº 8926 de 02 de junho de 2020, o investimento total previsto é de R\$ 59.853 A Receita Anual Permitida - RAP foi determinada em R\$5.800 (valor original) ao ano na data do leilão, com recebimento em cotas mensais.

A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial. A Sociedade considera o início de recebimento da RAP – Receita Anual Permitida a partir de setembro de 2022.

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1.2 Licenças ambientais (Informações não auditadas)

O órgão responsável pelas licenças ambientais da Companhia é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, por meio de seu escritório regional de São Luis no Estado de Maranhão.

Conforme cronograma do contrato de concessão, a Companhia apresenta os seguintes prazos para a obtenção das licenças ambientais requeridas para a construção e operação do empreendimento:

- Licença Prévia (LP): até 04 de março de 2023. Obtida em 05 de março de 2021;
- Licença de Instalação (LI): até 05 de outubro de 2025. Obtida em 06 de outubro de 2021;

1.3 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A transmissão de energia elétrica pela Companhia é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão.

De acordo com o contrato de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das informações contábeis e base de elaboração das informações contábeis

As informações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram autorizadas pela Diretoria em 21/03/2022.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações, e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Companhia segue também as orientações descritas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e as normas definidas pela ANEEL-Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Administração entende que todas as informações relevantes estão evidenciadas nas demonstrações financeiras, e correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

2.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), moeda funcional da Companhia. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

2.3. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das informações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e de constituição de ativos.

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas anualmente.

A elaboração das demonstrações financeiras requer uso de certas estimativas contábeis no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor justo de itens relacionados a combinações de negócios, valor recuperável de impostos a recuperar, vida útil do ativo imobilizado, provisões para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, benefícios de aposentadoria, mensuração a valor justo de instrumento financeiro e valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas. A Sociedade e suas controladas revisam as estimativas e as premissas contábeis utilizadas no mínimo trimestralmente. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas nas demonstrações financeiras do período em que ocorrer a revisão. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Sociedade e suas controladas.

A Sociedade segue também as orientações descritas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e as normas definidas pela ANEEL-Agência Nacional de Energia Elétrica.

A administração declara que revisou, discutiu e concorda com estas demonstrações financeiras, autorizando sua conclusão em 21 de março de 2022, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

2.5 Instrumentos financeiros

Conforme o IFRS 9 / CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; e valor justo por meio de resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros segundo o IFRS 9 / CPC 48 é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir:

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros da Sociedade são substancialmente representados por aplicações financeiras com remuneração atrelada à variação do Caixa e equivalentes de Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Ativo contratual da concessão (Nota 5) ambos classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. A adoção do IFRS 9 / CPC 48 não resultou em modificações nas demonstrações financeiras.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros da Sociedade estão substancialmente representados por Fornecedores (Nota 6), Outras Contas a Pagar (Nota 8) e Impostos e contribuições diferidos (Nota 9), os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Em relação aos passivos financeiros, adoção do IFRS 9 / CPC 48 não resultou em modificações nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

2.6 Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das informações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e de constituição de ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Sociedade revisa suas estimativas anualmente.

3 Principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.2 Ativos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Concessionária atua como prestador de serviço. A Concessionária implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) e é remunerada por essa disponibilidade durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere à Concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato.

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

A concessionária tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão e deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão.

Ativo de Concessão – contratual - O ativo contratual origina-se da obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. À medida que a Sociedade opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo contratual, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado de fluxo de caixa futuro e é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contra prestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos e podem gerar o direito de indenização do Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. Este fluxo de recebimentos é atualizado pela taxa ou índice que remunera o ativo, estabelecida no início de cada projeto.

3.3 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Sociedade não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao valor provável de recuperação dos ativos.

3.4 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização.

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3.5 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.6 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Sociedade possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.7 Provisões para litígios

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias, devido às imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Sociedade revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3.8 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3.9 Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

A Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária, que consiste em um método para se obter o lucro tributável. No Brasil o lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de presunção de 8%, para o imposto de renda, e de 12%, para a contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras. Adicionalmente as controladas optantes por esse regime de tributação registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidas com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

3.10 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigidos, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos.

3.11 Ajuste de valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das informações contábeis a Sociedade não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3.12 Receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Receita de transmissão de Energia Elétrica (receita de atualização do ativo contratual e de construção)

- **Receita de infraestrutura**

No período pré-operacional, a receita é referente aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas.

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita Anual Permitida prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

- **Remuneração dos ativos de concessão**

São registradas as receitas de remuneração dos ativos da concessão referente aos juros reconhecidos com base na taxa de retorno sobre o montante a receber da receita de infraestrutura. A taxa ou índice busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

- **Receita de operação e manutenção**

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção. A receita consiste na remuneração pela Operação e Manutenção visando a não interrupção da disponibilidade das instalações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3.13 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2021, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no período atual e em períodos anteriores:

Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da taxa de juros de referência - Em 27 de agosto de 2020, o IASB emitiu alterações no IFRS 16, IFRS 4, IAS 39, IFRS 7 e IFRS 9. As alterações aos pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- (i) Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado;
- (ii) Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado;
- (iii) Fornece exceção temporária para entidades se adequarem quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações são válidas a partir de 1º de janeiro de 2021, porém não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021 - As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, a Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

Alterações no CPC 00: Referência à estrutura conceitual - Em 14 de maio de 2020 o IASB emitiu alterações à IFRS 3, correlacionado ao CPC 00. As alterações atualizam uma referência desatualizada à estrutura conceitual na IFRS 3 sem alterar significativamente os requisitos da norma.

Essas alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

Alterações no CPC 25: Contratos onerosos - Custo de cumprimento de um contrato – Em 14 de maio de 2020 o IASB emitiu alterações à IAS 37, correlacionada ao CPC 25. As alterações especificam que o “custo de cumprir” um contrato inclui os “custos que se relacionam diretamente com o contrato”. Os custos que se relacionam diretamente com um contrato podem ser custos incrementais de cumprimento desse contrato (exemplos seriam mão de obra direta, materiais) ou uma alocação de outros custos relacionados diretamente ao cumprimento de contratos (um exemplo seria a alocação do encargo de depreciação para um item do ativo imobilizado utilizado no cumprimento do contrato).

Essas alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- (i) O que significa um direito de postergar a liquidação;
- (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- (iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- (iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimos existentes podem exigir renegociação.

4 Caixa e equivalentes de caixa

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|------------------------|-------------------|-------------------|
| Bancos conta movimento | 1 | 12 |
| | <u>1</u> | <u>12</u> |

5 Ativo contratual da concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão da Sociedade é, ou será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão que está prevista para iniciar em setembro de 2022;
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo contratual da concessão em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|--------------------------------|---------------------|---------------------|
| Saldos iniciais | 3.263 | 425 |
| Adições (custo de construção) | 1.844 | 2.429 |
| Juros e atualização financeira | 361 | 131 |
| Margem de construção | 826 | 278 |
| Saldos finais | <u>6.294</u> | <u>3.263</u> |
| WACC | 0,65% a.m. | 0,65% a.m. |
| Margem de construção | -12,64% | 5,90% |
| Circulante | - | - |
| Não Circulante | <u>6.294</u> | <u>3.263</u> |
| | <u>6.294</u> | <u>3.263</u> |

O cálculo do ativo da concessão foi feito com base em análises que envolviam o julgamento no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação do contrato de concessão, das práticas adotadas em Normas Internacionais-IFRS, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura como ativo contratual. Para compor esse cenário, abaixo descrevemos as premissas adotadas:

- Taxa ou índice de atualização do Ativo Contratual baseado no WACC conforme valores mencionados no Contrato de Concessão e informações referente ao Custo do Capital calculados no BID do Investimento, estimada pela Sociedade por meio de componentes internos e externos de mercado, e é utilizada para remunerar o ativo contratual durante o período de construção.

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

- Margem de construção calculada com base em projeções financeiras referente aos custos de Capex, Opex e RAP; Após a entrada em operação comercial, a taxa ou índice será revisado de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção e com base também na RAP e no custo de operação e manutenção.

6 Fornecedores

| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|----------------------|-------------------|-------------------|
| Materiais e serviços | 334 | 417 |
| | <u>334</u> | <u>417</u> |

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável. Na rubrica de fornecedores, substancialmente, é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da Linha de Transmissão.

7 Obrigações tributárias

| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| IRRF sobre retenção de fornecedores | 1 | 3 |
| PCC sobre retenção de fornecedores | - | 8 |
| | <u>1</u> | <u>11</u> |

8 Outras contas a pagar

| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|-----------------------|-------------------|-------------------|
| Outras contas a pagar | 271 | 70 |
| | <u>271</u> | <u>70</u> |

9 Tributos diferidos

| | <u>31/12/2021</u> | <u>31/12/2020</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Pis diferido (a) | 39 | 20 |
| Cofins diferido (a) | 181 | 90 |
| Imposto de renda – IRPJ diferido (b) | 79 | 38 |
| Contribuição social – CSLL diferido (b) | 65 | 32 |
| | <u>364</u> | <u>180</u> |

(a) Os saldos de PIS e COFINS diferidos são relativos às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurados sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, através da RAP – Receita Anual Permitida.

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão (ICPC 01 (R1)) e adoção do CPC 47, bem como da Instrução Normativa 1753/17 reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação a medida do efetivo recebimento, através da RAP – Receita Anual Permitida.

A Sociedade adotou o regime de lucro presumido. E para cômputo do imposto de renda e contribuição social diferidos, a Sociedade adotou as alíquotas de presunção, tendo em vista que estas mesmas alíquotas serão base para tributação dos lucros futuros.

10 Patrimônio líquido

Capital social:

Em 31 de dezembro de 2021, o capital subscrito e integralizado está representado por 4.273 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

| | 31/12/2021 | | |
|--|---------------------|--------------|---------------------|
| | Quantidade de ações | R\$ | % do capital social |
| F3C Empreendimentos e Participações S.A. | 4.272 | 4.272 | 99,98% |
| Arcanjo Gonzalez | 1 | 1 | 0,02% |
| | 4.273 | 4.273 | 100,00% |

Reserva de lucros a realizar

Com base na Lei 6.404/76 a reserva de lucros a realizar deve ser apenas utilizada para absorver prejuízos e pagar dividendos.

10 Receita operacional líquida

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|--------------|--------------|
| Receita de construção | 2.670 | 2.709 |
| Receita de atualização do ativo contratual | 361 | 131 |
| Receita Bruta | 3.031 | 2.840 |
| (-) Deduções | (111) | (105) |
| Receita Operacional Líquida | 2.920 | 2.735 |

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

11 Custos operacionais e despesas gerais e administrativas

| | 31/12/2021 | | | 31/12/2020 | | |
|-----------------------|----------------|--------------|----------------|----------------|-------------|----------------|
| | Custo | Despesa | Total | Custo | Despesa | Total |
| Custo de construção | (1.844) | - | (1.844) | (2.429) | - | (2.429) |
| Pessoal | - | (1) | (1) | - | (1) | (1) |
| Serviços de terceiros | - | (110) | (110) | - | (80) | (80) |
| | (1.844) | (111) | (1.955) | (2.429) | (81) | (2.510) |

12 Resultado financeiro, líquido

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|-----------------------------|------------|------------|
| Despesas Financeiras | | |
| Outras despesas financeiras | (4) | (4) |
| | (4) | (4) |

14 IRPJ e CSLL

| | 2021 | 2020 |
|--------------------------------------|-----------|-----------|
| Receitas | 3.031 | 2.840 |
| Alíquota IRPJ Presumido | 8% | 8% |
| Base de Cálculo IRPJ | 243 | 240 |
| IRPJ e Adicional | 40 | 36 |
| Alíquota CSLL | 12% | 12% |
| Base de Cálculo CSLL | 364 | 360 |
| CSLL | 33 | 31 |
| Total de IRPJ e CSLL Diferido | 73 | 67 |

15 Contingência

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Companhia não possuía nenhuma ação contra ela.

16 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco a que a Sociedade está exposta refletem aspectos estratégico, operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, demanda, concorrência e mudanças relevantes no mercado) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade.

Os riscos econômicos e financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, taxas de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizadas pela Sociedade. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta Administração que atua ativamente na gestão operacional da Sociedade.

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

A Sociedade possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que essa prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom e pleno andamento dos negócios.

Compete a Administração revisar e estabelecer políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais estão resumidos abaixo.

Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são:

- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxas de juros;
- Risco de crédito; e
- Risco operacional.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Sociedade, conforme tabelas abaixo:

Ativos:

| Descrição | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 1 | 12 |
| Ativo contratual da concessão | 6.294 | 3.263 |
| Total | 6.295 | 3.275 |

Passivos:

| Descrição | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Fornecedores | 334 | 417 |
| Outras contas a pagar | 271 | 70 |
| Impostos e contribuições diferidas | 364 | 180 |
| Total | 969 | 667 |

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve nenhuma reclassificação entre as categorias, valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e passivos pelo custo amortizado, apresentadas nas tabelas acima.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Sociedade a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de estagnação econômica, perdas decorrentes do efeito da oscilação dos valores de mercado de instrumentos financeiros, oscilação das taxas de juros e preços dos produtos.

A Sociedade adota uma política conservadora baseada na administração de suas posições ativas e passivas, focando a liquidez e a mitigação de risco.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Sociedade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes recorrentes e por instrumentos financeiros. A Sociedade está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e depósitos em bancos e/ou instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Risco de liquidez

É o risco em que a Sociedade possa, eventualmente, encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A Administração da Sociedade busca uma gestão prudente do risco trabalhando para manter caixa compatível com as necessidades de desembolso, alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados, em consonância com o plano de negócios da Sociedade.

Risco de taxas de juros

Decorre de a possibilidade da Sociedade incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Visando à mitigação desse risco, a Sociedade busca diversificar a captação de recursos em longo prazo, com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas lastreados, de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores não incorram em nenhum impacto significativo:

| Descrição | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 1 | 12 |
| Total | 1 | 12 |

TRANSMISSORA DE ENERGIA RIBEIRO GANÇALVES – BALSAS – SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Sensibilidade a taxas de juros

As operações da Sociedade são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas por CDI, sendo assim, a Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Sociedade.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Sociedade e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

16 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém a cobertura de seguro Garantia, levando em conta o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Não está incluído no escopo dos trabalhos de auditoria, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros a qual foi determinada e avaliada quanto a sua adequação pela Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 a apólice com período vigente para esta Companhia:

Descrição da Garantia

| | |
|-----------------------------|------------------------------|
| Seguradora: | Pottencial Seguradora S/A |
| Apólice: | nº 0306920189907750236159000 |
| Tipo: | Seguro Garantia |
| Valor segurado: | R\$ 3.000.950,00 |
| Valor do prêmio: | R\$ 244.737,00 |
| Período de vigência: | 01/09/2018 a 18/06/2023 |

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

17 Eventos subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram outros fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.

xxx